

Processo nº 1/1905/2015
Julgamento nº _____/_____



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

AUTUADO: ROSA FLOR INDÚSTRIA E CONFECÇÕES LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO GLICÉRIO 1969, VILA MANOEL
SÁTIRO - FORTALEZA/CE
PROCESSO: 1/1905/2015
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2015.08167-3

EMENTA: ICMS. DEIXAR DE ESCRITURAR NO LIVRO PRÓPRIO PARA REGISTRO DE SAÍDAS. Provado nos autos a configuração do ilícito tributário. **Dispositivos infringidos:** artigo 269 do Decreto 24.569/97. **Penalidade:** aplicada ao caso, a disposta no artigo 123, inciso, I, alínea "g" da Lei nº 12.670/96, combinado com art. 126 da citada Lei, alterada pela Lei nº 13.418/03. **AUTUAÇÃO PROCEDENTE - AUTUADO REVEL.**

Julgamento nº 2382,15

Trata o presente Processo Administrativo Tributário da seguinte acusação fiscal:

"Deixar de escriturar no livro próprio para registro de saídas, dentro do período de apuração do imposto, documento fiscal de operação ou prestação, neste realizada. Conforme dados do laboratório fiscal/Sefaz a empresa deixou de lançar documentos fiscais de saída, exercício 2014, no montante de R\$ 661.720,33 de operações passivas de substituição tributária."

Processo nº 1/1905/2015
Julgamento nº 2382/LS

Crédito Tributário:

MULTA: R\$ 66.172,03

Foram apenso os seguintes documentos ao processo : Informações Complementares, Mandado de Ação Fiscal nº 2005.01041, Termo de Início de Fiscalização nº 2015.01026, Aviso de Recebimento, Termo de Conclusão, Aviso de Recebimento, Relação dos documentos fiscais de entrada (fls.10/13).

Transcorrido o prazo legal, não havendo manifestação por parte do Contribuinte, lavrou-se o competente Termo de Revelia às fls. 16.

Dispositivo infringido: Art. 270 do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, I, "g" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

É o relatório.

Fundamentação:

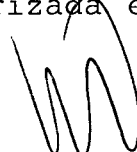
O auto de infração em questão acusa a empresa ROSA FLOR INDÚSTRIA E CONFECÇÕES LTDA, deixar de escriturar em livros fiscais próprios.

A matéria de que se cuida - **FALTA DE ESCRITURAÇÃO EM LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS** - encontra-se claramente disciplinada na Lei nº. 12.670/96 e no RICMS, a seguir reproduzidos:

Art. 270 - O livro de registro de saídas, modelos 2 ou 2-A, anexos XXXIII e XXXIV, destina-se à escrituração do movimento de saída de mercadorias ou bens e de prestação de serviços de transporte e de comunicação, a qualquer título, efetuadas no estabelecimento.

Destarte, de análise do conteúdo fático, e deste modo, restando a parte provar que, efetivamente teria realizado o registro em livro próprio como meio de refutar a acusação fiscal de que assim não procedera.

Logo, concluído o feito, vê-se que o procedimento do qual resulta o auto de infração não padece de qualquer vício que possa invalidá-lo, restando a infração à legislação tributária do ICMS perfeitamente caracterizada em



Processo nº 1/1905/2015
Julgamento nº 2382/L5

que se aplica ao autuado a penalidade do art. 123, I, "g" da Lei nº 12.670/96, concomitantemente o art.126 da Lei 12.670/96.

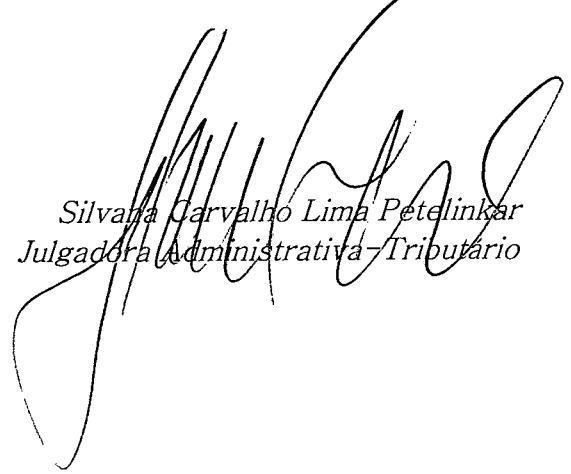
Segue aqui o demonstrativo do crédito:

Multa.....R\$	66.172,03
Total.....R\$	66.172,03

Decide-se.

Ante o exposto, pela PROCEDÊNCIA do auto de infração nos termos aqui examinados, intimando o contribuinte para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão, a recolher ao Fisco cearense a quantia de R\$ 66.172,03 (sessenta seis mil cento setenta dois reais e três centavos) e os demais acréscimos legais ou, em igual prazo, interpor recurso para o Conselho de Recursos Tributários.

Célula de Julgamento de 1ª. Instância, 29 de setembro de 2015.


Silvana Carvalho Lima Petelinkar
Julgadora Administrativa Tributária